



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CAE
(ao PL 350/2021)

Acrescente-se, onde couber, no Projeto o seguinte artigo:

“**Art.** As informações relativas à linha oficial da pobreza, inclusive as séries históricas, as políticas públicas e as metas a ela relacionadas deverão ser disponibilizadas em sítios eletrônicos oficiais do governo, observado o disposto no art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.”

JUSTIFICAÇÃO

A transparência e a publicidade são grandes valores que permitem a concretização do princípio democrático e da justiça social, pois possibilitam o controle social, necessário para implantação de uma política pública de qualidade, além de ser uma excelente garantia de uma tomada de decisão responsável e comprometida.

Isso está de acordo com as balizas constitucionais do art. 37 da Constituição Federal de 1988, que prevê que a administração pública obedecerá aos princípios, entre outros, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Faz-se necessário sempre buscar formas de implementar esses princípios.

Em vista disso, proponho emenda para que sejam divulgadas nos sítios eletrônicos oficiais do governo as informações relativas à linha oficial da pobreza, inclusive as séries históricas, as políticas públicas e as metas a ela relacionadas.



É importante ressaltar que esta proposta também considera a conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, garantindo que a divulgação das informações seja feita de maneira responsável e respeitosa à privacidade dos cidadãos.

Ao tornar disponíveis essas informações, os cidadãos terão acesso a dados relevantes que lhes permitirão entender melhor a situação da pobreza em seu país, acompanhar o progresso ao longo do tempo e avaliar a eficácia das políticas implementadas para combatê-la.

No contexto global de combate à pobreza, medidas como esta emenda desempenham um papel crucial ao envolver os cidadãos no processo de formulação e implementação de políticas, promovendo assim uma abordagem mais inclusiva e participativa na busca por soluções eficazes.

Ante o exposto, esta proposta merece ser apoiada pelos nossos pares e sua aprovação deve ser considerada como um passo importante em direção à erradicação da pobreza e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sala da comissão, 25 de março de 2024.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)

